

INFORMATIVO ONLINE

DIRETORIA DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Primeiro boletim eletrônico do MPMG em atividade, com matérias de interesse institucional coletadas em fontes oficiais de informação.

Volume: 10

Número: 400

14/04/2026

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

[COMUNICADO CEAF Nº 3, DE 9 DE ABRIL DE 2026](#)

Fechamento do Memorial do MPMG nos dias 13, 14, 22 e 23 de abril de 2026.

[EDITAL DE PROCESSO CLASSIFICATÓRIO PGJAA, DE 31.03.2026](#)

"Torna pública a abertura do Edital do processo classificatório para o preenchimento das vagas destinadas à promoção vertical dos servidores das carreiras dos Quadros de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Minas Gerais."

[EDITAL DE REMOÇÃO PGJAA Nº 6, DE 2026](#)

"Abre inscrição para os servidores interessados em remoção na Comarca de Bom Sucesso."

[REGIMENTO INTERNO GEPP, DE 18 DE MARÇO DE 2026](#)

"Regimento Interno do Grupo Especial de Promotores de Justiça de Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público - GEPP."

[RESOLUÇÃO PGJ Nº 12, DE 13 DE ABRIL DE 2026](#)

Regulamenta o conceito, a comprovação e o procedimento de reconhecimento do tempo de atividade jurídica para fins de concessão da Parcela de Valorização por Tempo de Antiguidade na Carreira.

[RESOLUÇÃO CONJUNTA PGJ CCMMP Nº 1, DE 8 DE ABRIL DE 2026](#)

Denomina o Memorial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

[ATO CGJ, DE 2026](#)

"Publica os fatores de atualização monetária, aplicáveis aos feitos em curso no Estado de Minas Gerais, a partir de 13 de abril de 2026 até a publicação do novo índice do INPC."

[PORTARIA DF Nº 4, DE 8 DE ABRIL DE 2026](#)

Dispõe sobre a suspensão do expediente forense na Comarca de Ibirité no dia 09 de abril de 2026 – Inauguração do Novo Prédio do Fórum.

[PORTARIA DF Nº 8, DE 31 DE MARÇO DE 2026](#)

“Suspende o expediente forense a partir das 16:00h na Comarca de São Francisco no dia que menciona.”

[PORTARIA CONJUNTA TJMG CGJ Nº 1.798, DE 13 DE ABRIL DE 2026](#)

Consolida o calendário de feriados nas comarcas do Estado de Minas Gerais para o ano de 2026.

[RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 718, DE 7 DE ABRIL DE 2026](#)

Dispõe sobre procedimentos e protocolos de segurança exclusivos para as Unidades de Segurança Máxima e de níveis 4 e 5 de complexidade de gestão do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

[RESOLUÇÃO SES/MG Nº 11.006, DE 09 DE ABRIL DE 2026](#)

Define as diretrizes para os processos de contrarreferência e desospitalização, bem como as práticas de navegação do cuidado no âmbito do Complexo Regulador Estadual de Minas Gerais.

[RESOLUÇÃO SES/MG Nº 11.007, DE 09 DE ABRIL DE 2026](#)

Definir as regras para a estratégia de cogestão entre a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG) e os municípios que possuem Centrais Municipais de Regulação de Urgência, no âmbito da regulação do acesso aos leitos de urgência e emergência no Sistema Único de Saúde em Minas Gerais.

[RESOLUÇÃO SES/MG Nº 11.008, DE 09 DE ABRIL DE 2026](#)

Estabelece diretrizes para a gestão e governança do acesso à Ferramenta Estadual de Regulação, CORE Saúde MG, no âmbito do Sistema Único de Saúde no estado de Minas Gerais.

[RESOLUÇÃO SES/MG Nº 11.009, DE 09 DE ABRIL DE 2026](#)

Estabelece as diretrizes para implantação da Política Estadual de Cuidados Paliativos, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado de Minas Gerais.

[RESOLUÇÃO SES/MG Nº 11.011, DE 09 DE ABRIL DE 2026](#)

Institui os Centros Estaduais de Referência em Plasmaférese para Doenças Raras, bem como as regras de ressarcimento e monitoramento do procedimento Terapia de Plasmaférese em Doenças Raras, no âmbito do SUS/MG.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

[LEI Nº 15.383, DE 9 DE ABRIL DE 2026](#)

Altera as Leis nºs 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 14.899, de 17 de junho de 2024, para estabelecer a monitoração eletrônica de agressores como medida protetiva autônoma e os critérios de prioridade para a monitoração eletrônica de agressores, prever causa de aumento de pena no crime de descumprimento de medida protetiva e dispor sobre campanhas e diretrizes orçamentárias.

[LEI Nº 15.384, DE 9 DE ABRIL DE 2026](#)

Altera as Leis nºs 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever a violência vicária entre as formas de violência doméstica e familiar e criar qualificadora do crime de homicídio e incluí-la no rol dos crimes hediondos.

[LEI Nº 15.385, DE 10 DE ABRIL DE 2026](#)

Altera a Lei nº 14.758, de 19 de dezembro de 2023, que institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer, para dispor sobre princípios e diretrizes para o desenvolvimento e regulação sanitária de novas tecnologias contra o câncer.

[RESOLUÇÃO CNMP Nº 328, DE 24 DE MARÇO DE 2026](#)

Dispõe sobre os laboratórios forenses digitais e as Centrais de Custódia no Ministério Público.

[RESOLUÇÃO CNMP Nº 329, DE 24 DE MARÇO DE 2026](#)

Altera a Resolução CNMP nº 301, de 12 de novembro de 2024, para prever a possibilidade de contraprestação financeira aos Ministérios Públicos quando da atuação em procedimentos de inventário e partilha extrajudiciais com interessados crianças, adolescentes e incapazes.

[RESOLUÇÃO CONAMA Nº 513, DE 7 DE ABRIL DE 2026](#)

Reestrutura o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar.

[RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA ANVISA Nº 1.021, DE 9 DE ABRIL DE 2026](#)

Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.

IMPORTANTE: Os textos dos atos normativos e da legislação disponíveis têm caráter meramente informativo, não dispensando a consulta aos Diários Oficiais para a comprovação da existência de direitos nos termos da legislação vigente.